

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
- PLAGEDER
HABILITAÇÃO: TECNÓLOGO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

HENRIQUE LUIZ BASTIAN

**MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A SUCESSÃO DOS JOVENS DA
COMUNIDADE RURAL DONA JOSEFA, MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RS**

Vera Cruz

2013

HENRIQUE LUIZ BASTIAN

**MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A SUCESSÃO DOS JOVENS DA
COMUNIDADE RURAL DONA JOSEFA, MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador (a): Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin

Co-Orientador: Prof. Ms. João Daniel Dorneles Ramos

Vera Cruz

2013

HENRIQUE LUIZ BASTIAN

**MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A SUCESSÃO DOS JOVENS DA
COMUNIDADE RURAL DONA JOSEFA, MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso de Graduação Tecnológica em
Desenvolvimento Rural - PLAGEDER,
da Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS, como requisito parcial para
obtenção do título de Tecnólogo em
Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (B)

Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Fábio de Lima Beck
UFRGS

Prof. Dr. Guilherme F. W. Radomsky
UFRGS

Cachoeira do Sul, 19 de julho de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as todas as pessoas que de alguma forma me deram força para que o objetivo final fosse alcançado. Em especial, dedico a minha companheira pela sua paciência e pelo seu apoio incondicional, aos meus pais e familiares que sempre me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram e me incentivaram durante a caminhada, pelo auxílio prestado para que as dificuldades fossem vencidas, pela companhia nos momentos de alegria e de frustração.

A todos os colegas do curso pelo seu companheirismo durante as aulas, pela troca de experiências e aprendizado proporcionada nos seminários e saídas a campo. Agradeço à colega Rosangela Barros Fellini que juntamente comigo por motivos particulares teve que migrar do polo de Camargo para o polo de Cachoeira do Sul, pela sua motivação e coleguismo durante as viagens aos polos, pela sua presteza e dedicação na realização dos trabalhos em grupo.

Um agradecimento especial a minha companheira que sempre esteve do meu lado nas horas de alegria e nos momentos difíceis, dando força para que eu não desistisse da caminhada. Agradeço também de maneira especial aos meus pais, as minhas irmãs Lillian e Marciane, pelas palavras de incentivo, me orientando que para alcançar os objetivos é necessário persistência e dedicação.

Agradeço as tutoras presencias Diviane Bernardi e Maribel Giordani pelo empenho e atenção para comigo, sempre disponíveis e atenciosas. Aos demais professores, tutores e coordenação dos polos.

Agradeço ao meu Orientador Daniel Gustavo Mocelin e Co-Orientador e tutor à distância João Daniel Dorneles Ramos pela orientação dada durante a realização do trabalho, sem dúvida foram fundamentais para que o TCC fosse concretizado.

Por fim, agradeço a Deus, por me indicar o caminho certo a seguir.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Métodos de Pesquisa	10
CAPÍTULO I - SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR	13
CAPÍTULO II - O MUNICÍPIO DE VERA CRUZ	18
2.1 - COMUNIDADE LINHA DONA JOSEFA	22
CAPÍTULO III - MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DONA JOSEFA	24
3.1 - Aspecto econômico	26
3.5 - Influências dos pais	30
3.2 - Condições de trabalho	31
3.4 - Incentivos	33
3.3 - Condições Climáticas	36
3.6 - Outros aspectos	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42

Resumo:

O presente trabalho busca analisar as percepções dos jovens da comunidade rural quanto à sucessão familiar, suas motivações e as implicações ligadas à permanência no meio rural na agricultura. Inicialmente temos a caracterização do município de Vera Cruz, estado do RS, e em seguida é abordado às peculiaridades e as características da comunidade rural de Dona Josefa, onde se realizou a pesquisa. Dentre os aspectos apontados pelos jovens os de maior relevância e influência no processo de sucessão dizem respeito ao: aspecto econômico, as condições de trabalho, condições climáticas, relacionados aos incentivos como o crédito rural e políticas públicas, e a própria influência dos pais sobre os filhos. Outros fatores relacionados às características dos agricultores também foram apontados, como a segurança e suficiência alimentar no meio rural. Pelo fato também de ser seu próprio patrão, e as implicações da falta e/ou limitado acesso à internet e sinal para telefones celulares, e do aumento do custo de produção. Ao final da pesquisa concluiu-se que a sucessão na agricultura familiar está baseada em mais que um fator, não existindo um padrão de condições que levam a sucessão ou falta dela, sendo diversas as motivações e implicações entre os jovens, sofrendo influência ainda das peculiaridades da unidade de produção e do comportamento dos familiares.

Abstract:

This study aims to analyze the perceptions of young people from the rural community regarding family succession. More specifically examines the motivations and implications related to residence in rural agriculture. Initially we characterize the city of Vera Cruz, in state of Rio Grande do Sul, and then are approached to the peculiarities and characteristics of the rural community of Dona Josefa, which conducted the survey. Among the issues raised by the young people of the greatest importance and influence in the succession process concern: economics, labor conditions, weather conditions, related to public incentives such as rural credit and public policy, and the actual influence of parents on children . Other factors related to the characteristics of farmers were also pointed, as the safety and food security in rural areas taken. Because also be your own boss. And the implications of the lack and / or limited internet access and signal for mobile phones, and the increased cost of production. At the end of the study concluded that the succession in family agriculture is based on more than one factor, and there is a pattern of conditions that lead to succession or lack thereof, with various motivations and implications among young and influenced even the peculiarities unit of production, and behavior of family members.

INTRODUÇÃO

As constantes transformações ocorridas no meio rural e entre rural e urbano, como os fenômenos do êxodo, do envelhecimento e da masculinização das populações rurais, instigam estudiosos e pesquisadores a avançar nas pesquisas para obter uma compreensão mais atual destes fenômenos sociais rurais. Este trabalho de pesquisa está relacionado a tais aspectos da realidade rural e trata mais especificamente da sucessão na agricultura familiar. O estudo está voltado para a identificação e compreensão da realidade vivida pelos jovens nos estabelecimentos rurais. A pesquisa tem o foco nos jovens que sucederão seus pais nas atividades rurais e é complementada pela visão de jovens rurais que desistiram da agricultura. Neste sentido, o presente estudo traz dentre outras coisas, os aspectos que influenciam os jovens rurais no processo sucessório.

A pesquisa avança retratando os principais fatores que estimulam e desestimulam a vida no campo, dos relatos dos jovens sobre a relação com os pais, dos pontos positivos encontrados no meio rural e as principais características que são levadas em conta para sua permanência na agricultura.

Muitos estudos demonstram que a população rural em geral está diminuindo. A migração do rural para o urbano ao longo das últimas décadas tem contribuído para o surgimento de uma série de problemas sociais e econômicos nos centros urbanos. Na região onde será realizada a pesquisa não é diferente, os movimentos sociais rurais apresenta-se ora pela saída de toda família do meio rural, ora pelo afastamento dos jovens da agricultura e posteriormente a saída destes do campo.

A literatura mostra que a faixa da população rural mais afetada pelas transformações é a dos jovens, estes em muitos casos acabam optando por atividades não agrícolas na busca por uma vida melhor distante da penosidade dos trabalhos rurais. Em muitos estabelecimentos rurais da região a sucessão está ameaçada, pois dentre outras coisas as oportunidades de trabalho assalariado em atividades não agrícolas são mais atrativas aos olhos dos jovens.

Ressalta-se que, diferentemente de muitos trabalhos já realizados tratando dos temas a cerca do êxodo e da migração rural, a presente pesquisa tem como foco identificar, conhecer e compreender as motivações dos jovens que sucederão a profissão paterna e materna na respectiva unidade de produção. Sendo assim a justificativa deste estudo esta em contribuir para reforçar o entendimento sobre as

motivações de sucessão e buscar oferecer um quadro das implicações na localidade tomada como objeto de estudo.

Justifica-se ainda a realização do trabalho baseado na realidade encontrada no meio rural do município de Vera Cruz, onde muitos jovens estão desistindo da agricultura devido a uma série de fatores, o desinteresse dos jovens quanto à sucessão nas propriedades me chamou a atenção e se encaixa dentro das principais questões que pretendia realizar a monografia. Por isso pretendo nesta pesquisa identificar e compreender melhor o posicionamento dos jovens quanto à sucessão familiar nos estabelecimentos rurais.

O objetivo do estudo foi identificar as motivações e implicações que os jovens consideram como determinantes para a sucessão familiar em unidades de produção de base familiar da comunidade da Linha Dona Josefa, no município de Vera Cruz, Rio Grande do Sul. O trabalho apresenta como objetivos específicos:

- Investigar a realidade das pequenas propriedades e a relação dos jovens com estas.
- Conhecer os fatores que estimulam os jovens a permanecerem na propriedade rural.
- Conhecer os fatores que encorajam os jovens a saírem da propriedade.
- Identificar o papel dos pais e a influência deles nas decisões e escolhas dos filhos.

Métodos de Pesquisa

A presente pesquisa buscou fazer um levantamento dos motivos dos jovens em ficar nas unidades de produção da comunidade Linha Dona Josefa, município de Vera Cruz/RS e, portanto, é relacionado à sucessão familiar. Para a realização da pesquisa se utilizou a revisão bibliográfica e entrevistas semi estruturadas. Além disso, é necessário destacar que se trata de uma abordagem qualitativa.

Para o trabalho empírico foram escolhidos agricultores familiares, pequenos estabelecimentos rurais, com existência de sucessores, onde podemos aprofundar a pesquisa sobre os aspectos e motivações destes jovens rurais na perpetuação da atividade rural. Ainda a escolha desta comunidade deve-se ao convívio existente

entre pesquisador e pesquisados, que proporciona uma abertura maior ao diálogo durante a realização das entrevistas.

A coleta de dados teve início com um contato com os entrevistados apresentando-se como graduando da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRGS) do curso de Planejamento e gestão para Desenvolvimento Rural, (PLAGEDER), falando sobre a pesquisa que seria realizada e para ver se haveria a disponibilidade deles para participar da pesquisa. Todos concordaram em participar e marcamos a realização das entrevistas.

Em segundo momento se realizou as entrevistas propriamente ditas, inicialmente foram esclarecidas as possíveis dúvidas, deixado bem claro que eles não seriam identificados. Por isso, no decorrer deste trabalho os jovens rurais, seus respectivos pais e familiares serão aqui representados por nomes fictícios para preservar a identidade dos participantes.

A entrevista seguiu um roteiro semi estruturado. As perguntas foram feitas pelo entrevistador e as respostas dos entrevistados foram anotadas e as entrevistas gravadas, com intuito de garantir que nenhuma informação fosse perdida, o que proporcionou a inserção de trechos das falas dos entrevistados na seção referente aos dados.

Durante as visitas em que foram realizadas as entrevistas também foram anotados no caderno de campo informações sobre as características da propriedade, sobre os integrantes da família, sobre a maneira como era tratado o tema da sucessão familiar pela família, além de dados socioeconômicos complementares sobre as famílias de produtores rurais da comunidade Dona Josefa.

Foram realizadas oito entrevistas no total. Cinco com jovens sucessores e suas respectivas famílias e três entrevistas com jovens que se desligaram das atividades rurais e estão seguindo outras profissões. Para a maior complementação das entrevistas realizadas com os jovens “não sucessores” foram realizadas visitas aos seus respectivos pais que ficaram na unidade de produção. Objetivou-se com isso conhecer a realidade em que estavam inseridos quando residiam nas propriedades e, com isso, aprofundar os estudos sobre os fatores que estão ligados a sucessão familiar nesta comunidade rural.

Durante a realização das entrevistas as perguntas foram direcionadas aos filhos dos agricultores, objetivando obter suas respostas. Entretanto, os assuntos levantados pelos demais integrantes da família também foram levados em conta

para a complementação das respostas. Isto foi realizado também para os “não sucessores” e, a partir das visitas as propriedades rurais de suas famílias, se obteve dados relevantes.

As informações sobre o município, sua colonização e história foram buscadas na prefeitura municipal e com os extensionistas da Emater. As especificidades da comunidade Dona Josefa foram também buscadas com os extensionistas da Emater e complementadas pelo pesquisador.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se os conceitos relacionados à sucessão familiar e apontam-se as mudanças ocorridas nas últimas décadas na sucessão da agricultura familiar, abordando os aspectos que impulsionaram o padrão sucessório atual.

O capítulo II apresenta o município de Vera Cruz, seus dados mais relevantes, as informações sobre a agricultura, os cultivos e criações existentes. Apresenta-se, também, a comunidade Dona Josefa, onde foi realizada a pesquisa, trazendo as peculiaridades do relevo, dos cultivos, bem como as informações dos entrevistados.

Já no capítulo III, serão apresentados os dados da pesquisa, buscando contextualizar os aspectos apontados pelos entrevistados que estão ligados ao cerne da questão sucessória na comunidade. Os fatores apontados pelos jovens estão relacionados em cinco subtítulos, o sexto subtítulo deste capítulo traz “outros aspectos” de menor relevância. A ordem dos fatores segue do mais relevante aos de menor relevância aos olhos dos jovens rurais da comunidade Dona Josefa.

No final do trabalho, temos as considerações finais, que apresenta uma reflexão acerca da proposta do trabalho e dos resultados encontrados.

CAPÍTULO I - SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo trará sobre as noções conceituais de sucessão na agricultura familiar, a caracterização da sucessão e algumas das mudanças que ocorreram no processo sucessório a partir da década de 1960 até então.

A sucessão para a agricultura familiar é um processo que garante a continuidade da propriedade, especialmente para a maioria das pequenas unidades de produção e é a garantia da continuidade da produção de alimentos. Nos últimos anos os jovens destacam-se como a faixa da população rural que mais foi afetada pela evasão rural. Dentre os principais motivos que contribuíram para isso está à busca por melhores rendas, por uma maior qualificação educacional e também devido à desvalorização de quem trabalha no campo frente às populações urbanas.

Atualmente nota-se uma mudança na forma que ocorre a sucessão propriamente dita, os jovens do meio rural hoje em dia quando decidem por permanecer na agricultura fazem por livre escolha, diferentemente da forma que ocorria no ano de 1960 em que a sucessão ocorria também pela falta de opção.

Antes do início da modernização na agricultura na década de 1960, as famílias de agricultores no Rio Grande do Sul não apresentavam problemas quanto à sucessão familiar, quanto menos à inexistência de pelo menos um sucessor para dar prosseguimento nas atividades da propriedade. A sucessão familiar na agricultura caracterizava-se pela transferência do comando sobre o processo produtivo dos pais para o(s) sucessor(es) que posteriormente era seguida pela passagem das terras e dos bens para o(s) mesmo(s). A reprodução social dos agricultores ocorria ainda pela compra de outra(s) propriedade(s) para a instalação dos demais sucessores de forma autônoma (SPANVELLO, 2008).

Abramovay (1998), em suas pesquisas, apresenta algumas peculiaridades da sucessão na pequena propriedade rural frente a estabelecimentos empresariais que fazem uso da mão-de-obra assalariada. Uma delas é a impossibilidade de haver a instalação de dois ou mais sucessores em uma mesma propriedade, pois inviabilizaria economicamente a permanência destes na agricultura devido ao reduzido espaço físico da maioria dos estabelecimentos. Para o autor “os agricultores até o final de 1960 além de produzir alimentos e matérias primas, produziam outras unidades de produção familiar” (ABRAMOVAY, (1998, p.27). Destaca-se ainda que se tornar agricultor era a opção que os filhos de agricultores

tinham na época, em detrimento das poucas alternativas existentes e do limitado acesso a estas alternativas.

O isolamento das populações rurais neste período se devia pela precariedade de acesso físico e as dificuldades de comunicação, essa limitação levava muitas vezes a ocorrência da sucessão uma vez que para os filhos de agricultores seguir a profissão paterna e materna era a única opção. Anteriormente se tornar agricultor era uma tendência devido à posição que os pais tomavam na educação dos filhos, papel também cumprido no ambiente social dentro das comunidades rurais.

Mais da metade dos agricultores estimularam seus filhos a se tornarem agricultores. Dentre os agricultores consolidados a porcentagem sobe para 72,22%. As respostas dos agricultores segundo Abramovay (2008), quando indagados sobre os motivos que os levam a influenciar os filhos,

[...] variaram segundo os níveis de renda: assim, para os agricultores “consolidados” e “em transição”, a proximidade da família e a rejeição ao assalariamento são fatores importantes para o desejo de que os filhos prossigam na profissão paterna. Para os periféricos, a rejeição ao assalariamento é irrisória: é que, na verdade, a reprodução da família já depende fundamentalmente do trabalho assalariado e sua pobreza agrícola mostra poucas perspectivas de que a exploração da unidade produtiva seja uma fonte essencial de renda. (ABRAMOVAY, 2008, p. 8)

A partir de 1970 no sul do país a agricultura familiar passa a enfrentar dificuldades quanto à sucessão, surgindo, portanto, a questão sucessória propriamente dita, fundamentada na mudança das características no cerne das famílias. A questão sucessória se deve pela diminuição das chances dos filhos de agricultores seguirem a profissão dos pais pela redução das possibilidades de um novo estabelecimento rural ser formado (ABRAMOVAY, 1998).

Outro fator que contribuiu ao longo dos anos na mudança do processo sucessório é a diminuição do número de filhos por família no meio rural, esta diminuição destaca-se como um fator que afetou negativamente a sucessão na agricultura familiar. Conforme Bandeira (2002 *apud* Spanevello, 2008) no meio rural do Rio Grande do Sul ocorreu entre 1970 a 1999 uma redução no número de filhos por mulher, uma redução de 5,6 para 2,1 filhos. Isso representa um número menor de possíveis sucessores que poderiam se instalar na propriedade da família ou em outra propriedade adquirida.

Agricultores consolidados que obtêm em sua unidade de produção renda suficiente para o sustento da família e para investir em melhorias tendem a ter um índice de sucessão maior que os em transição e em exclusão. Abramovay (1998) demonstra que, da totalidade de jovens entrevistados 25,81% responderam que morando e realizando atividades no meio urbano terão as melhores chances, e deste montante 62,5% são filhos de agricultores em exclusão.

Agricultores endividados que historicamente sempre tiveram dificuldades para manter uma condição de vida digna, acabam forçando seus filhos a buscarem novas alternativas de sustento fora da propriedade (Spanevello 2008). Observa-se que os problemas de sucessão se agravam para os agricultores que enfrentam tais dificuldades.

Neste sentido muitas famílias de agricultores demonstram-se cientes sobre a possibilidade dos filhos seguirem outras profissões, não os limitando somente as atividades agrícolas e sim dando apoio quando um filho deseja estudar e se especializar em outras áreas.

Os jovens pela sua maior interação com os canais de comunicação e pela curiosidade de buscar e valorizar o novo acabam “deslumbrando-se” com a possibilidade de estudar e trabalhar em áreas diversas, conciliando as atividades na agricultura com outra profissão ou seguindo uma profissão fora da agricultura. Abramovay (2005) destaca que, no processo de sucessão,

Para que a propensão dos jovens à inovação se realize, entretanto, é necessário um ambiente social que estimule o conhecimento e favoreça que as novas ideias tenham chance de se tornar empreendimentos. Uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos. (ABRAMOVAY, 2005, p.1)

Atualmente, o jovem filho de agricultor não se encontra somente a mercê da opção de ser agricultor. O simples fato de optar por seguir outros caminhos ressalta Abramovay (1998, p.29), “perdeu o caráter traumático que teve no passado”. Hoje em dia os jovens decidem por sair ou ficar baseados em suas experiências, na vulnerabilidade que a propriedade familiar está exposta e nas aptidões profissionais que acreditam ter. Para estas distintas situações as oportunidades de trabalho fora do estabelecimento rural podem apresentar-se como uma chance para melhorar de vida ou de almejar uma condição futura melhor.

Um aspecto levantado por Abromovay (1998) é que “todos os agricultores são filhos de agricultores”, característica que não é verificada em outras profissões, pois não se formam agricultores em salas de aula. Brumer e Anjos (2008) ressaltam que mesmo nos colégios e casas agrícolas fundamentalmente os jovens que ingressam são filhos de agricultores que já tiveram contato com a agricultura, pois o aprendizado agrícola dificilmente inicia na fase adulta. Por isso a

[...] sucessão implica numa socialização prévia na atividade, iniciada durante a infância, e que, em grande medida, ocorre “na prática”. Isto quer dizer, em primeiro lugar, que dificilmente alguém se torna agricultor familiar a partir de um aprendizado exclusivamente escolar. (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 4)

Havendo maior liberdade, acessibilidade e informações para os jovens decidirem sobre o seu futuro, observa-se que no meio rural a média de idade da população está aumentando. Com a saída de todos os jovens da família estão restando nas unidades de produção somente os pais, que em muitos dos casos já são de idade avançada e assim as atividades agrícolas não se perpetuam. A inexistência de sucessão em muitas unidades de produção da região sul é uma realidade que ocorre também em outras regiões pelo estado do RS.

Uma consequência deste processo é que provavelmente em muitas propriedades a geração dos pais será a última geração de agricultores. Além da interrupção das atividades agrícolas ocorre perda de conhecimentos empíricos que os agricultores adquiriram sobre os processos produtivos.

Observa-se ainda para a realidade atual que o número de sucessores do sexo masculino é superior ao do sexo feminino, uma particularidade do meio rural que se deve as características existentes no interior das famílias e da falta de reconhecimento e valorização das mulheres em amplos sentidos. A saída em maior número das moças tende a causar um desequilíbrio no número de jovens do sexo masculino e feminino. Este desequilíbrio pode dificultar a formação de novas famílias de agricultores.

O processo sucessório atual na agricultura familiar está baseado dentre outras coisas na valorização do aspecto econômico, cada vez mais os futuros agricultores serão profissionais na exploração das atividades agropecuárias e na gestão da propriedade. Bem como os filhos de agricultores que darão continuidade

nas atividades da propriedade vem isso como um negócio que além de gerar renda permite ao agricultor garantir a segurança alimentar para a família.

As pesquisas dos autores citados até então demonstram que o meio rural vem sofrendo transformações, que são impulsionadas entre outras coisas, pela visão da sociedade sobre os trabalhadores rurais, associando-os como atrasados e ultrapassados, por exemplo, sendo o meio urbano um ambiente moderno de maior prosperidade. E para muitos agricultores jovens a saída do meio rural acaba sendo a maneira encontrada de afastar-se desta realidade.

CAPÍTULO II - O MUNICÍPIO DE VERA CRUZ

O município de Vera Cruz teve o início da sua colonização em 11 de outubro de 1854 através da instalação de quatro famílias e mais quatro solteiros (ambos descendentes de alemães) no local que hoje é denominado Faxinal de Dona Josefa, este foi o primeiro nome dado à localidade. Com o passar dos anos a chegada de um maior número de moradores possibilitou a colonização do local que viria a se tornar a sede do município. Este passou a se chamar Linha Vila Tereza em 1858 devido à abertura de um caminho que o ligava ao município de Santa Cruz.

Em 1889 Linha Vila Teresa passou a ser chamada de Vila Teresa, ano em que o povoado ficava caracterizado como distrito de Santa Cruz. A ligação entre o município de Santa Cruz permitiu o crescimento do povoado levando-o ao nível de paróquia.

Conforme informações fornecidas pelos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), no dia 30 de janeiro de 1959 Vila Teresa se emancipava de Santa Cruz. Com o desmembramento administrativo e a delimitação territorial Vila Teresa passou a se chamar Vera Cruz, nome que foi dado pelos líderes do movimento emancipacionista que teve a participação e aprovação da população.



Figura 1: Mapa do estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Emater de Vera Cruz

Vera Cruz está localizada na Depressão Central e é um dos municípios do vale do Rio Pardo. Apresenta uma distância de 166 quilômetros da capital Porto Alegre e seu território faz divisas ao sul com Rio Pardo, leste com Santa Cruz do Sul, ao norte com Sinimbu e a oeste com Candelária e Vale do Sol. Seu território é predominantemente plano com altitudes abaixo de 100 metros, a sede apresenta altitude de 68 metros. Ao norte possui um relevo mais ondulado com altitudes que variam de 100-300 metros.

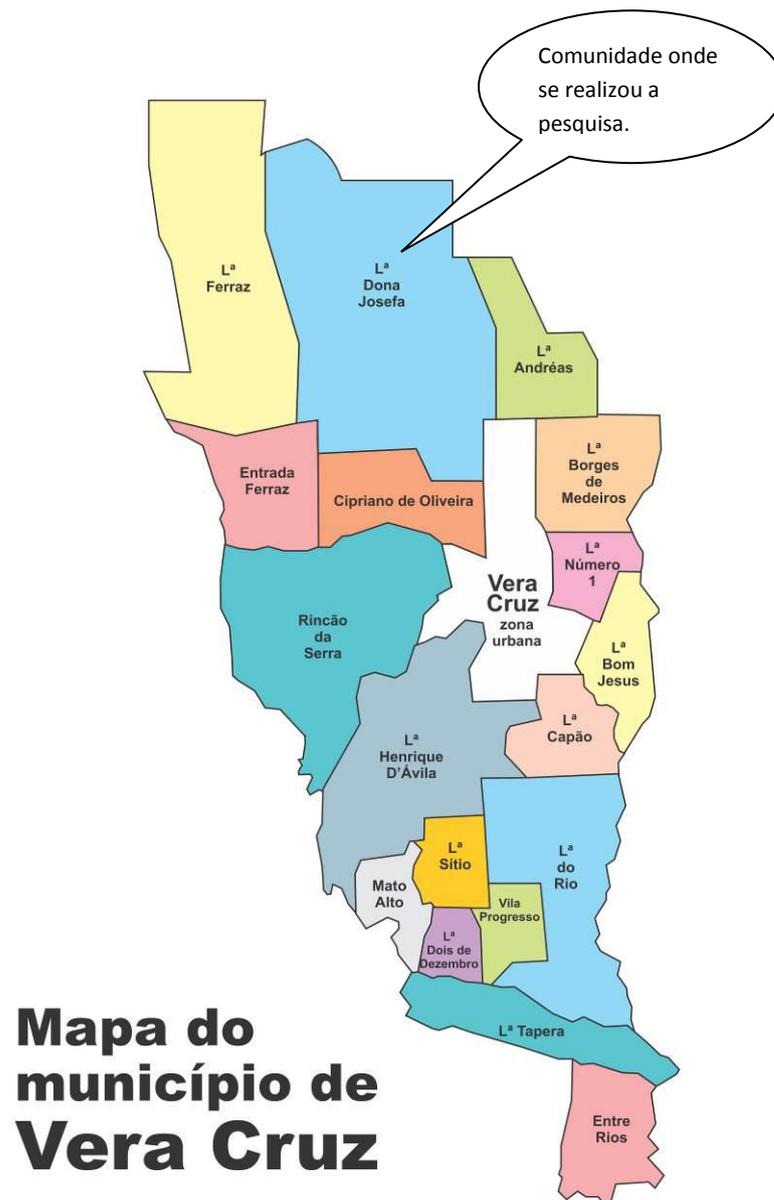


Figura 2: Mapa do município de Vera Cruz com respectivas comunidades.

Fonte: Emater de Vera Cruz

Vera Cruz possui uma população total de 23.983 habitantes, destes 13.320 (55,5%) residem na zona urbana e 10.663 (44,5%) residem na zona rural. A área territorial do município é 309,601Km² (IBGE, 2010), Densidade Demográfica (Hab/Km²) 77,46, expectativa de vida de 72,35 anos (IBGE, 2000), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,79, PIB per capita de R\$ 12.405,00 (IBGE, 2010) e o clima é subtropical úmido.

O município apresenta uma sede e 18 comunidades interioranas: Linha Dona Josefa, Linha Andreas, Linha Ferraz, Mato Alto, Linha Henrique D'Avila, Linha Tapera, Linha Dois de Dezembro, Entre Rios, Vila Progresso, Linha Sítio, Linha Capão, Linha Número Um, Entrada Ferraz, Rincão da Serra, Cipriano de Oliveira, Linha do Rio, Linha Borges de Medeiros e Linha Bom Jesus. (ver Figura 2).

O município foi colonizado por alemães. As características desta colonização são facilmente observadas na gastronomia local, nas festas, nas danças e nos costumes. Entretanto, há a presença de outras etnias como a portuguesa, a italiana, a negra e a indígena, que contribuíram para o enriquecimento cultural da região.

Vera Cruz é um município de base agropecuária, conforme dados coletados diretamente na Emater do município, 49,68% do seu Produto Interno Bruto (PIB) provêm da agricultura, e os principais cultivos e criações são o tabaco, o milho, o arroz, gado leiteiro, o soja e o feijão. A exploração do tabaco destaca-se como a principal atividade na agricultura, estando presente em 95% dos estabelecimentos rurais e cultivado em mais de 5.400 hectares. A forte tradição deste cultivo está ligada a localização do município, que está inserido na região que foi o berço da produção de tabaco no sul do Brasil, além das características do solo e do clima encontrado em Vera Cruz, que favoreceram a adaptação da cultura permitindo a produção de um tabaco de excelente qualidade e produtividade.

Vera Cruz possui 2.400 estabelecimentos rurais onde residem 44,4% da população total do município, apresentando uma área média de 12 hectares por estabelecimento rural. Conforme dados fornecidos pela Emater local, da totalidade do número de estabelecimentos 84,09% apresentam área total inferior á 20 hectares, e destes, 39% apresentam área total de até cinco hectares. O elevado número de pequenos estabelecimentos está relacionado à divisão da unidade de produção entre os filhos, decorrente principalmente das famílias numerosas existentes principalmente até 1990. O fracionamento das propriedades também está

ligado à venda parcial do imóvel, já que num âmbito familiar o cultivo do tabaco proporciona renda por área superior a outros cultivos tradicionais.

Outra importante cultura explorada amplamente nas unidades produtivas é a cultura do milho. Ela é explorada em 100% dos estabelecimentos rurais destacando-se como um alimento fundamental para os animais. Este produto contribui em muitas propriedades para a complementação econômica. Na maioria das propriedades rurais de Vera Cruz o milho é cultivado após a retirada do tabaco¹, esta combinação possibilita a colheita dobrada durante o ano em uma mesma área.

O território de Vera Cruz apresenta planícies na face oeste e sul que favorecem a exploração de arroz, o cultivo é realizado nas lavouras que margeiam o Rio Pardinho, Arroio Plumbs e Rio Pardo. Rios que, além de fornecem as águas para a irrigação, delimitam e cortam o território municipal. A cultura também apresenta grande importância econômica para o município e para os agricultores, seu cultivo é realizado de forma convencional, mecanizado e com emprego de altas tecnologias do plantio a colheita. Devido a estas características, as propriedades que cultivam o arroz apresentam área superior a 20 hectares, área encontrada em apenas 15,91% dos estabelecimentos rurais do município.

Outras culturas como a soja, o feijão e a mandioca, aparecem dentre as demais culturas em que os agricultores do município cultivam para a venda, buscando retorno econômico. Ainda destinado ao comércio temos na agricultura a produção de carnes suínas, bovinas, criação de aves e peixes e exploração de gado leiteiro. Alguns agricultores com o apoio da Emater do município conseguiram instalar agroindústrias para a produção de rapadura, melado, polpas de frutas e sucos em geral, uma parceria que vem gerando bons resultados e surge como opção para os demais.

Nas unidades de produção observa-se ainda uma vasta exploração de culturas para produção de alimentos, plantas aromáticas e com efeitos curativos, plantas para temperos e outras finalidades.

Ademais a cidade de Vera Cruz possui 1.766 estabelecimentos comerciais cadastrados (segundo dados obtidos na Prefeitura municipal) atuando nos mais diversos ramos, como no ramo do vestuário, alimentício, eletrônico, construção civil,

¹ Em Vera Cruz a produção de tabaco e, posteriormente, de milho em uma mesma área se deve à baixa incidência de geadas se comparada a outras regiões do estado.

farmacêutico, moveleiro, mecânico, serviços em geral, entre outros. Devido às características de base agrícola do município, o comércio da cidade é dependente direto da população rural, por isso a situação econômica vivenciada pelos agricultores influencia o volume das vendas. Dessa forma a menor ou maior movimentação existente no comércio pode funcionar como um termômetro das condições em que os agricultores se encontram.

2.1 - COMUNIDADE LINHA DONA JOSEFA

Esta comunidade é uma das 18 comunidades interioranas do município. A partir das informações iniciais obtidas com os entrevistados e com os integrantes da “Comissão Atlética da comunidade Dona Josefa²” chegou-se ao número de 80 famílias de agricultores localizadas na comunidade, e o número de 52 jovens com idade de 12 a 28 anos. Destes, 21 (40,38%) são do sexo feminino e 31 (59,61%) são jovens do sexo masculino, distribuindo-se entre jovens solteiros, casados, que ainda estão estudando, e jovens que moram no meio rural e trabalham em outras atividades.

Dentre os cultivos, o tabaco destaca-se como a cultura principal explorada nas unidades de produção da comunidade. O cultivo do milho, cana-de-açúcar para a fabricação de melado e cachaça são explorados em algumas propriedades como culturas complementares que também são importantes também para a economia familiar. Na comunidade há criação de bovinos de corte e leite, e de bovinos para tração animal, de suínos, ovinos e peixes voltados ao autoconsumo.

As famílias de agricultores da comunidade apresentam uma característica forte ao que se refere à produção de alimentos, isso favorece a existência das trocas de produtos entre as famílias. As trocas não se restringem somente aos alimentos, é comum haver a troca de dias de serviço entre os agricultores nos períodos da colheita do tabaco e durante a carneação de animais.

O relevo encontrado na comunidade apresenta-se em grande parte de forma ondulada, com a presença de cerros, encostas e áreas com menor inclinação nas

² A Comissão Atlética da comunidade Dona Josefa é formada pelos agricultores da comunidade que dirigem e organizam o grupo de jovens da comunidade. O objetivo da Comissão Atlética e a integração entre os jovens a partir do esporte.

baixadas. A totalidade das propriedades rurais da comunidade apresenta em seu território alguma percentagem de mata nativa, que é preservada principalmente nas áreas com impossibilidade física para a utilização agropecuária. Em contraponto nas áreas menos inclinadas os agricultores construíram as casas e galpões e introduziram os cultivos.

Dentre as peculiaridades da comunidade a boa fertilidade encontrada no solo propicia o pleno exercício da agricultura, ao que se refere à obtenção de uma boa produtividade entre as culturas exploradas. Isso é visto com bons olhos pelos agricultores e jovens, nas entrevistas os jovens sucessores ressaltaram os resultados obtidos nas safras com o tabaco, e estão confiantes que terão um futuro promissor no meio rural.

A região onde está situada a comunidade apresenta uma excelente disponibilidade de recursos hídricos, o que a levou a ser selecionada pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) para a realização do Projeto Protetor das Águas³.

O projeto tem como objetivo a preservação das nascentes, dos cursos d'água e do Arroio Andreas e suas respectivas margens. Essa condição natural foi citada pelos jovens como ponto positivo para sua permanência, uma vez que se o tabaco se tornar uma atividade inviável podem optar pela piscicultura.

As motivações e implicações dos jovens quanto à sucessão familiar obtidas com as entrevistas serão discriminadas no capítulo a seguir.

³ O Projeto Protetor das Águas visa à recuperação e proteção dos recursos hídricos mediante o Pagamento por Serviços Ambientais. Em Vera Cruz, mais especificamente nas comunidades de Dona Josefa e Linha Andreas foram diagnosticadas e identificadas 150 nascentes em 85 propriedades, onde se verificou o interesse dos agricultores em aderir o projeto mediante pagamento. Projeto da iniciativa privada e patrocinado pela empresa Universal Leaf Tabacos e da Fundación Altadis, da Espanha, com a realização técnica da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

CAPÍTULO III - MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DONA JOSEFA

Neste capítulo, traremos os resultados da pesquisa, onde as informações coletadas com as entrevistas e com o diário de campo serão apresentadas e articuladas com a literatura sobre o tema.

Os dados indicam algum dos fatores que estão relacionados à sucessão na agricultura familiar, bem como as motivações que estimulam os jovens rurais a permanecer nas propriedades e as implicações que dificultam a ocorrência de sucessão.

Prosseguiremos neste capítulo com a descrição dos fatores que foram apontados pelos jovens rurais da comunidade Dona Josefa. Embora todas as famílias tenham características gerais muito semelhantes (agricultura familiar, pequena propriedade e semelhança nas produções agropecuárias) foram identificados mais do que um fator o que nos mostra as particularidades encontradas em cada unidade de produção. (Quadro 1).

Importante destacar que independente das características da propriedade todos os jovens sucessores apontaram motivações e implicações para a sucessão. Ou seja, eles já tomaram sua decisão pela sucessão, mas não deixam de notar quais são as dificuldades que enfrentam para continuar com as atividades na propriedade familiar.

As unidades produtivas são similares entre si, basicamente por serem de agricultura familiar e pelo fato de todas as unidades terem o fumo como produção principal. Entretanto essa similaridade não é observada nas respostas dos jovens, sendo diversas as motivações e implicações para a sucessão apontadas pelos jovens.

A vivência obtida com a realização das entrevistas permitiu visualizar dentre outras coisas as diferenças entre os estabelecimentos rurais, ao que se refere às características das atividades agropecuárias exploradas e a estrutura apresentada nas propriedades. Os diferentes tamanhos dos estabelecimentos rurais, e a forma que os agricultores estão inseridos na agricultura são aspectos relacionados ao fenômeno da sucessão.

Quadro 1: Síntese do perfil básico dos jovens, informações da propriedade e as motivações e implicações dos jovens quanto à permanência e/ou desistência da sucessão familiar.

Jovens	Perfil (idade, sexo, escolaridade, sucessor ou não)	Informações da propriedade (Tamanho, produção principal e complementar)	Motivações para a sucessão	Implicações para a não sucessão
Cristiano	25anos; Masculino; 6ª série; Sucessor.	13 ha; Fumo, milho, arroz.	A própria estrutura da propriedade; Renda; É o que eu sei fazer.	A falta de apoio das políticas públicas; Perdas de produtividade decorrentes de clima.
Junior	27 anos; Masculino; 7ª série; Sucessor.	11 ha (própria); Fumo, gado leiteiro.	Por ser Proprietário (Banco da Terra); Renda; Na agricultura está é a sua melhor opção.	Sol forte, o frio; Instabilidade do preço dos produtos; Clima (seca e granizo).
Andressa	19 anos; Feminino; Ensino Médio completo; Sucessor.	9 ha; Fumo, gado leiteiro;	Melhores condições (segurança, alimentação e renda);	Relevo inclinado da propriedade; Clima; Falta de acesso a internet;
Carlos	29 anos; Masculino; Ensino Médio Incompleto; Sucessor.	7,5 ha; Fumo, milho.	Sou o patrão; Renda; A própria estrutura da propriedade.	As variações do preço dos produtos agropecuários; Clima (Seca e granizo); Custo de produção vem aumentando.
Fernando	27 anos; Masculino; Ensino Médio completo; Sucessor.	15,5 ha; Fumo, comércio local de produtos coloniais.	Minhas melhores oportunidades estão na propriedade; Renda; A suficiência alimentar; Segurança de se morar no rural.	Trabalho desgastante; As altas e baixas dos preços dos produtos agropecuários; Clima; Falta de sinal para telefone;
Luiz	24 anos; Masculino; 5ª série; Não sucessor.	13 ha; Fumo, milho, arroz.	Não sucessor	Propriedade pequena; Frustração de safras ocasionadas pelas secas e granizos.
Alexandre	23 anos; Masculino; Superior andamento; Não sucessor.	15,5 ha; Fumo, comércio local de produtos coloniais.	Não sucessor	Trabalho pesado e desgastante; Renda limitada; Clima desfavorável (seca e granizo); Falta de acesso a internet.
Évelin	13 anos; Feminino; 8ª série; Não sucessor.	12 ha; Fumo; Comércio local de frutas.	Não sucessor	Trabalho desgastante, pesado; Renda baixa; Sol forte (calor, frio); Falta acesso à internet.

Durante as visitas às propriedades também pude observar as semelhanças entre os agricultores, ao que se refere ao engajamento com a propriedade. A sucessão nos estabelecimentos rurais obviamente não depende de regras definidas, ou não obedece a uma ordem, pois verificou-se que os jovens que foram entrevistados e que apresentavam condições semelhantes na propriedade expuseram diferentes respostas quanto à sucessão familiar.

Neste sentido, os fatores motivacionais estão concatenados com aspectos relacionados com cinco aspectos principais: econômicos, condições de trabalho, condições climáticas, incentivos (linhas de crédito e políticas públicas) e à influência dos pais. Ainda relacionados na sequência, perpassam e se concatenam com estes aspectos principais outros aspectos que tiveram menor número de indicações pelos jovens. Podem-se destacar os alimentos produzidos na propriedade, a percepção de o rural ser um local seguro para se viver e a divisão da renda entre os familiares.

A seguir, veremos cinco subtítulos com pontos relevantes, mais um subtítulo que reúne os demais aspectos para as questões de sucessão na agricultura familiar, encontradas por meio do trabalho de pesquisa.

3.1 - Aspecto econômico

Dentre os fatores que os jovens apontaram sobre suas motivações para a sucessão, o fator econômico esteve presente em todas as discussões levantadas durante as entrevistas. Os jovens consideram a propriedade e as atividades ali desenvolvidas como “um negócio”, e a sucessão por vezes está para eles como uma opção dentre outras opções fora da agricultura que eles se interessam ou não.

Os jovens rurais partem do seguinte condição: se as atividades agropecuárias estão gerando uma renda satisfatória eles se sentem motivados a ficar na propriedade. Geralmente esta concepção é baseada em dois pontos chaves, um deles é o seu conhecimento sobre as atividades e o outro diz respeito aos recursos que se têm disponíveis para a produção.

A renda alcançada por uma família na unidade de produção está diretamente associada à correta aplicação das técnicas necessárias em seu processo produtivo e da gestão dos gastos, o que requer conhecimento por parte dos indivíduos. Neste sentido, queremos demonstrar que as capacidades são diversas em amplos os

sentidos entre os agricultores e, frente às suas habilidades, muitos jovens se dão por satisfeitos com a renda obtida na agricultura.

As condições disponíveis para a produção são muito importantes, pois recursos limitados como reduzida área agricultável, relevo acidentado, escassez hídrica entre outros, impedem o exercício da agricultura como atividade rentável desestimulando conseqüentemente a sucessão familiar. Esta ideia vai ao encontro do que Abramovay (1998) cita, a saber, em que os estabelecimentos consolidados têm um índice de sucessão superior aos estabelecimentos em situação de exclusão.

A forma como os jovens percebem a sucessão é destacada pelos pais. O agricultor André, por exemplo, ressalta, “no meu tempo não havia essa facilidade, de querer plantar fumo e sem mais nem menos decidir ir trabalhar fora”. As mudanças nos últimos anos influenciaram a população rural de um modo geral, reflexo do estreitamento entre campo e cidade. Observa-se cada vez mais no meio rural a valorização do aspecto econômico e da constante busca por condições mais favoráveis de trabalho, de alternativas rentáveis que necessitam de uma menor quantidade de mão-de-obra braçal.

Os jovens, quanto perguntados sobre qual aspecto é levado mais em consideração para sua permanência, em sua maioria, responderam que a renda proveniente das atividades é imprescindível e está em primeiro lugar. Em contrapartida, alguns dos entrevistados não apontaram o fator econômico, mas destacaram que o mais importante é a suficiência alimentar e também a segurança de se morar no interior. “Os produtos que a gente colhe na colônia, nós comemos sem medo, pois a gente sabe que não vai nada, não vai (veneno)”, comentou a jovem Andressa.

Neste sentido, muito além da suficiência alimentar, a garantia de ter uma alimentação baseada em alimentos livres de quaisquer produtos químicos é valorizada pela população rural. Para tal, a que se considerar que para a população urbana a alimentação na maioria das vezes esta baseada em produtos industrializados e em alimentos que podem estar carregados com substâncias prejudiciais à saúde.

É preciso salientar que a minoria que respondeu que a renda não é o mais importante apresenta uma condição econômica mais favorável que os demais. Neste sentido o fator econômico não representa um problema e as atenções que esta minoria apresenta estão voltadas para outros aspectos.

Na propriedade do agricultor Ademir, por exemplo, o filho Cristiano está motivado com os resultados obtidos na propriedade, ele afirma que “a safra foi boa, vai dar pra ajeitar as construções que estão precisando e vai sobrar um pouquinho para se dar um luxo”. Ele ressalta que muitos jovens não gostariam de sair do meio rural, “mas trabalhar só pra empatar desanima a juventude, qual o piá que não quer no final da safra ganhar uma moto ou um dinheirinho”.

Cristiano ressalta que quando ele tinha 17 anos deu vontade de “larga de mão e ir trabalha empregado em alguma firma”, pois enfrentavam problemas financeiros decorrente das safras frustradas e do alto endividamento. “A safra dava para pagar a parcela do trator, os custos da plantação e o que sobrava era pra passar o ano”. Porém, os pais sempre procuraram incentivar sua permanência de alguma forma, e na medida do possível dividiam uma parte do dinheiro para seu gasto particular.

“Pra ir num baile ou comprar uma roupa eu nunca tive que trabalha de peão⁴ como muitos jovens”, dessa forma seu interesse pela agricultura sempre existiu, pois obtinha do processo produtivo da propriedade renda suficiente.

A valorização da mão-de-obra do jovem através da divisão dos ganhos e a inclusão do mesmo na tomada de decisões contribuíram para que a família pensasse o processo produtivo não só para a geração dos pais e sim no futuro do jovem como agricultor. Possibilitando a continuidade dos processos produtivos como atividade rentável através de investimentos e da adoção de novas tecnologias.

Ainda relacionado ao aspecto econômico, na propriedade de outro jovem, Fernando, suas motivações estão atribuídas à renda proveniente do processo produtivo da propriedade, “vamos chegar este ano a uma produção de 740 arrobas⁵ com 60 mil pés de fumo plantado e uma renda líquida superior a R\$ 60.000,00”. Neste sentido, o jovem ainda completa, “estamos muito melhor aqui, porque tem muita gente que saiu e trabalha muito para ganhar um salário mínimo, um salário e pouco... Além de ser mandado”. A valorização dada pelo jovem à agricultura diz respeito dentre outras coisas a sua autonomia para realizar as atividades, não necessitando obedecer a ordens e sem horário fixo. Ele comenta, “Quem sai tem que continuar estudando e fazer uma faculdade, se quer um emprego melhor. Eu não quis isso para mim e estou melhor aqui”.

⁴ O jovem Cristiano se refere trabalhar de “peão” quando alguém trabalha como diarista, recebendo pagamento ao final do dia pela sua jornada, seja em outra propriedade rural ou em outras atividades.

⁵ A unidade arroba para tabaco equivale a 15 quilogramas.

Os jovens entrevistados da comunidade que pretendem permanecer vêm com bons olhos seu futuro na agricultura, e um dos fatores deste otimismo é a rentabilidade alcançada com a fumiçultura. Junior salienta que para sua realidade não há o que se queixar, está conseguindo obter uma boa renda com a plantação de tabaco. Ele salienta que os agricultores da comunidade que estão tendo dificuldades para sobreviverem a partir da agricultura necessitam de uma alternativa de renda mensal. Essa alternativa iria absorver também a mão-de-obra que se apresenta ociosa nos períodos fora da colheita e classificação do tabaco. Dessa forma reforça Junior “os agricultores não dependerão unicamente de uma renda, da renda anual do tabaco, por exemplo”.

Neste sentido observamos que no estabelecimento rural de Junior, ele cultiva tabaco como renda principal e tem a exploração de gado leiteiro para a complementação econômica. Além de não depender de uma única atividade ele consegue utilizar melhor as áreas agricultáveis da propriedade fazendo uso da rotação de culturas e aproveita o esterco dos animais para fertilizar as lavouras.

Os jovens entendem que o aspecto econômico não é o único fator responsável pela decisão dos jovens em permanecer ou sair do meio rural, apenas destacam que para sua realidade é o fator de maior peso.

A importância atribuída ao aspecto econômico pode estar relacionada com a introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde. Para fazer frente aos custos mais elevados causados pela modernização da agricultura e sua mercantilização dos processos produtivos, alguns agricultores alteram sua lógica de reprodução, inclusive diminuindo áreas antes destinadas ao autoconsumo⁶ (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2005). Para conseguir obter os meios de produção e alguns dos produtos que antes eram produzidos nas áreas de autoconsumo os agricultores necessitam de uma renda maior do que os agricultores da década de 1950 necessitavam.

O pacote tecnológico necessita ser adquirido fora da unidade produtiva e para isso é necessário algum recurso extra. Um recurso que não precisava ser reservado em períodos anteriores ao pacote, pois muitos dos insumos eram originários da própria unidade produtiva ou de sistemas produtivos como o pousio com posterior queimada (MAZOYER, ROUDART, 2010).

⁶ É uma “atividade típica das unidades de produção que garante a suficiência alimentar dos integrantes das famílias das unidades de produção e a reprodução social” (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2005, p. 33).

Em uma sociedade que valoriza o consumismo é natural que filhos de agricultores tendam a valorizar o aspecto econômico, no meio rural a agricultura familiar ainda preserva e valoriza as características da produção para autoconsumo, no entanto para as culturas que são responsáveis pela geração de renda inegavelmente ocorre o apelo ao uso de tecnologias e produtos químicos para produzir ao máximo a qualquer custo.

3.5 - Influências dos pais

As motivações dos jovens rurais quanto à sucessão estão apoiadas, dentre outras coisas, sobre valores internos das próprias famílias. A boa relação entre os pais e os filhos é indispensável para a família pensar a sucessão em si. Durante as entrevistas com os sucessores ficou evidente o apoio dos pais para com os filhos, para que os filhos se sintam a vontade para dialogarem sobre o assunto.

À medida que as entrevistas eram realizadas, foi possível perceber que os pais direcionam a educação e, posteriormente, o aumento da responsabilidade dos filhos sobre o processo produtivo, o que resulta uma afinidade entre filhos e pais.

Por mais favoráveis que sejam as condições da propriedade necessárias para sucessão, os jovens apontaram o apoio oriundo dos pais como algo importante que contribui, por exemplo, na orientação para a realização das atividades agrícolas.

Os pais durante as entrevistas ressaltaram que a inicialização dos filhos como agricultores deve ser acompanhada de perto pelos pais, apesar dos filhos julgarem que são capazes de gerir os recursos de forma eficiente, na visão dos pais, eles ainda tem pouca experiência como “agricultores independentes”.

Os pais ainda afirmam que os filhos tem resistência para ouvi-los, alegando que estão mais bem informados e que os tempos são outros, porém ainda lhes falta a vivência frente a uma propriedade, pois nem tudo como está no papel funciona na prática. Um dos pais, Sardi, ao falar sobre a inicialização dos filhos na agricultura de forma independente salienta que “não tem como um filho começar sem nada, sem ferramenta, se o pai não ajudar os filhos não vão para frente, os pais tem que ajudar para comprar um pedaço de terra, colocar um forno”. Na agricultura familiar as motivações dos jovens quanto à sucessão estão inegavelmente ligadas ao apoio e incentivo dos pais.

Entretanto, para o agricultor Jair, que têm dois filhos com pouca diferença de idade, um com 23 anos e o outro com 27 anos, a permanência dos dois se torna inviável para sua realidade de pequena propriedade. Alexandre, o filho mais jovem vendo esta realidade decidiu sair e atualmente trabalha fora da agricultura. O filho mais velho, Fernando, está decidido a ficar. Ele juntamente com a sua companheira, vê com “bons olhos” o futuro na agricultura.

Eles destacam que para o sucessor é fundamental ter uma garantia de herdar as terras, pois quem ficar acabará investindo na propriedade, pois, muitas vezes, os lucros obtidos durante a safra são utilizados para reformar as benfeitorias e/ou, por exemplo, na compra de calcário para corrigir o solo.

A demora dos pais para destinar as terras é um agravante para a sucessão, tanto para famílias com um filho ou mais filhos, pois impede o filho que deseja ficar de investir no sistema de produção, comprometendo assim a sua permanência na agricultura. Fernando ressalta, “meu irmão achou melhor sair, e seria justo ele ganhar uma ajuda para estudar e na divisão das terras herdar um pedaço menor”, dessa forma deixando para ele a maior parte terras e as benfeitorias.

Neste sentido, percebeu-se que o papel desempenhado pelos pais é uma das motivações para se optar ou não pela sucessão. Se os pais dão espaço para os filhos introduzindo-os nas atividades produtivas e passando-lhes a responsabilidade sobre alguma das atividades estão contribuindo para que estes venham a serem seus sucessores. Os pais são como orientadores dos filhos que almejam se tornarem futuros agricultores auxiliando-os na tomada de decisão e na direção da propriedade. Bem como buscam dentro da sua realidade encaminhar os filhos para garantir a continuidade das atividades agrícolas e da preservação da propriedade.

No próximo subtítulo trataremos de outros aspectos que são importantes na sucessão da agricultura familiar, mas que segundo os entrevistados apresentam menor relevância se comparado aos anteriores.

3.2 - Condições de trabalho

Avançando na apresentação sobre os aspectos apontados pelos jovens da comunidade rural de Dona Josefa que estão diretamente ligados à sucessão familiar, temos o aspecto relacionado à mão-de-obra. As características da mão-de-

obra empregada na agricultura familiar aparecem para os jovens atualmente como um importante aspecto atrelado a sua permanência ou saída da agricultura.

Para os agricultores as características do trabalho no meio rural são para os jovens um ponto negativo para a sua permanência. Isso se deve ao trabalho “pesado” em algumas atividades, a exposição ao sol forte nos períodos mais quentes, a manipulação de produtos perigosos entre outras atividades. Neste sentido, uma especificidade está na maior ou menor necessidade de mão-de-obra braçal para a realização das atividades nas propriedades rurais. Para a jovem Évelin, por exemplo, “trabalhar na agricultura é muito desgastante e o trabalho é muito pesado”, e isso é apontado por ela como uma implicação para o desinteresse dos jovens pela agricultura. Ela, diferentemente de seus pais que se dedicam até hoje nas atividades agropecuárias da propriedade, não quer isso para seu futuro, “eu queria continuar os estudos e ter um emprego bom, trabalhando num escritório por exemplo”, ressalta.

Para o jovem Alexandre de 23 anos, seu desinteresse pela agricultura se deve as péssimas condições saúde que seus pais apresentam. Segundo ele, “os meus pais estão tudo quebrado de tanto trabalha no pesado. O meu pai tem hérnia de disco e não consegue mais trabalha abaixado⁷”. Ele afirma que não quer isso para ele e tem o apoio dos pais para seguir sua carreira, “já faz dois anos que trabalho com carteira assinada e não pretendo trabalhar mais na agricultura, até faculdade estou fazendo”.

A cultura do tabaco que é explorada na maioria dos estabelecimentos da comunidade Dona Josefa necessita da aplicação de trabalhos manuais em todas as etapas do cultivo, inclusive após a colheita durante a classificação das folhas conforme sua qualidade. Com a passar dos anos o surgimento das máquinas e dos produtos permitiram a redução da mão-de-obra em muitas etapas deste cultivo, exceto na colheita que ainda é 100% manual.

O jovem Cristiano afirma que “na época da colheita e cura do tabaco não tem hora e nem dia, para não perder a produção de tabaco na lavoura a gente trabalha até 16, 18 horas por dia”. Faz-se necessário a intensificação na colheita desta cultura para garantir a qualidade do produto que é comercializado. O trabalho

⁷ “Trabalhar abaixado” se refere às atividades que são realizados com a postura curvada. No caso de seu pai, às jornadas diárias em atividades que requerem esta posição fez surgir ao longo dos anos lesões irreversíveis na coluna.

maçante nesta produção tem favorecido para a busca de outras oportunidades de trabalho fora da propriedade, fora do cultivo em atividades distintas da agricultura.

A que se considerar que na comunidade muitos jovens após a colheita do tabaco buscam empregos temporários nas empresas fumageiras do município de Vera Cruz, municípios vizinhos e em outros estabelecimentos comerciais. Isso acontece principalmente nas unidades de produção que exploram somente o tabaco. Para estas unidades de produção observa-se uma grande dificuldade para a sucessão, uma vez que os jovens já estão pendidos às atividades fora da agricultura.

Observa-se que as propriedades rurais que tem sua economia proveniente de uma única atividade agropecuária estão mais propensas à necessidade da complementação econômica oriunda de uma atividade assalariada.

Então, de certa forma pode-se dizer que, relacionado ao aspecto mão-de-obra, esta é considerada pelos agricultores como não remunerada e a sazonalidade da produção agrícola conciliada com única exploração uma vez que favorece que os jovens e demais membros da família se interessem/necessitem de outra ocupação/renda. No aspecto mão-de-obra percebe-se que há relações o com ambiente atual que proporciona um leque maior de oportunidades e descobertas como algo determinante para a sucessão.

A seguir trataremos do aspecto relacionado aos incentivos das políticas públicas e o crédito rural, da sua influência na sucessão familiar na comunidade.

3.4 - Incentivos

As políticas públicas voltadas ao meio rural estão presentes nos estabelecimentos rurais da comunidade Dona Josefa, uma delas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esta política pública prioriza o incentivo à produção primária, a ampliação da produção de alimentos, a instalação/ampliação de agroindústrias, dentre outras coisas.

Das diferentes linhas de crédito deste programa as principais linhas utilizadas pelos agricultores entrevistados são o Pronaf Custeio e o Pronaf Mais Alimentos. O Pronaf Custeio visa o financiamento dos custos de produção da safra através da

concessão de créditos com juros baixos. Ao final da safra com a quitação do empréstimo o agricultor pode renová-lo para custear a próxima safra.

Já o Pronaf Mais Alimentos é uma linha de crédito voltada para investimento na infraestrutura e ampliação da produção de alimentos, pela aquisição de novos equipamentos e máquinas para a modernização dos processos produtivos das propriedades rurais. Com prazo de até 10 anos para ser pago, três anos de carência e juros de 2% ao ano, se destaca como uma excelente política pública de incentivo a agricultura.

“Através do Pronaf Mais Alimentos compramos a ordenhadeira e o resfriador de leite, e começamos a trabalhar com o leite” ressalta a jovem Andressa, que juntamente com sua família esta sendo beneficiada pelo programa. A jovem salienta que o grande trunfo do Programa Mais Alimentos “é o prazo de 10 anos pra pagar e o juro baixo, se a gente quiser, temos ainda carência de três anos pra começar a pagar”.

Ela completa dizendo que maioria dos agricultores não tem recursos próprios para investir em outra atividade para diversificar a produção. Com o surgimento deste Pronaf os agricultores da comunidade puderam abrir agroindústrias, comprar máquinas e conseqüentemente melhorar a renda.

A modernização nos processos produtivos decorrentes do Pronaf Mais Alimentos tem incentivado a permanência dos jovens da comunidade Dona Josefa. Com os investimentos, os agricultores da comunidade puderam melhorar a eficiência dos seus processos produtivos.

O jovem Carlos, por exemplo, irá instalar uma nova estufa para curar tabaco, denominada de “estufa de ar forçado com grampos”⁸, esta requer o investimento superior a R\$ 30.000,00. Investimento que é três vezes maior se comparado ao valor necessário para instalar uma estufa convencional⁹. Carlos afirma, que “estufas de grampos vão mais fumo, consome menos lenha e sai um fumo seco com mais qualidade”, vantagens que segundo ele compensam o alto investimento.

⁸ Caracterizam-se como secadores de grãos multiuso, tocados com energia elétrica e lenha. As estufas de ar forçado com grampos apresentam vantagens frente às estufas convencionais, o sistema automatizado destas estufas permite a redução da mão-de-obra e do consumo de lenha.

⁹ As estufas convencionais utilizadas na cura de tabaco não apresentam maiores tecnologias que facilitam o manuseio, a temperatura e umidade são controladas manualmente o que requer maior atenção e envolvimento dos produtores.

“Sem o financiamento ia ficar difícil coloca essa estufa, a gente ia se virar com as duas estufas convencionais que gente tem, e não ia dar para aumentar a produção” completa Carlos. O aumento do custo da produção agropecuária durante os anos tem afetado o meio rural como um todo, para a agricultura familiar isso se destaca como um entrave maior, devido aos limitados recursos da pequena propriedade e da produção em pequena escala. A família procurou investir na propriedade para garantir um futuro melhor para o jovem, as “estufas de grampos”¹⁰ facilitam e aumentam a produção, isso permitirá a família de jovem Carlos compensar os frequentes aumentos no custo de produção e manter sua rentabilidade. Carlos ressalta ainda, “se essas estufas tivessem chegado antes muitos jovens podiam ter ficado na colônia”.

Além do Pronaf, outras políticas públicas têm contribuído para desenvolvimento local e para a permanência dos jovens. Para Junior, a sua permanência na agricultura se confirmou após a compra de uma propriedade através do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF). Programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que possibilita aos trabalhadores rurais que não possuem terras ou ainda os que têm pouca terra, adquirir um terreno agricultável através do financiamento. Junior enfatiza, “somos entre três irmãos e a propriedade era muito pequena e não tinha como se manter”. A realidade deste jovem é comumente encontrada na agricultura familiar de pequena propriedade, a permanência de mais de um filho se torna inviável com a repartição das terras.

Para muitos agricultores da região que trabalhavam como “porcentistas”¹¹, o financiamento do Banco da Terra é uma ótima alternativa para ser tornarem proprietários. Já para os jovens essa política tem incentivado sua permanência na agricultura, pois além de conceder o financiamento para a compra de uma área, o programa conta com recursos extras que podem ser adquiridos para a compra de ferramentas.

Com a linha de crédito, Junior pode compra uma propriedade com área equivalente a 11 hectares, com uma morada, estufas para curar tabaco, paiol e varandas. A propriedade tinha sido abandonada pelos moradores que já eram idosos. Era uma propriedade que estava inativa sem produzir e que não teve

¹⁰ Estas estufas são comumente chamadas pelos produtores de tabaco como estufas de grampos ou estufas elétricas.

¹¹ “Porcentistas” são agricultores arrendatários que pelo aluguel das terras entregam como forma de pagamento uma porcentagem da produção da safra.

sucessão. O jovem afirmou que esta linha de crédito já foi utilizada por outros agricultores da comunidade, sendo um excelente programa para os pequenos agricultores. Ressalta ainda que outros jovens igualmente a ele que não tinham terra própria puderam se tornar proprietários e, agora, seguirão trabalhando na agricultura de forma independente.

3.3 - Condições Climáticas

As condições climáticas é um dos fatores apontados pelos jovens da comunidade que influenciam a permanência ou não na agricultura. A que se considerar que para o pleno exercício da agricultura é necessário que haja entre outras coisas, uma condição climática favorável durante o ciclo vegetativo das culturas. Para a região de Vera Cruz uma condição climática favorável se resume a ocorrência de chuvas dentro da média para o período, temperaturas normais para a estação e a não ocorrência de granizo e tufões.

Mesmo com o uso das tecnologias existentes dos produtos químicos e do avanço genético nos cultivares, a agricultura em si sofre influência das condições climáticas, e dessa forma é necessária uma produção mínima para cobrir os custos da produção. Com isso, os prejuízos na safra atribuídos ao clima desfavorável podem alcançar um nível crítico para os agricultores, em que a atividade explorada perde o caráter lucrativo.

Neste sentido se observa a influência do clima com aspecto implicante na sucessão familiar da comunidade, com, por exemplo, a saída do jovem Luiz da agricultura devido às frustrações de safras decorrente da chuva de granizo. “Nós não tínhamos o seguro da lavoura contra granizo, e deu uma chuva de granizo que comprometeu mais de 60% da colheita”, enfatiza Luiz que após a perda da produção buscou outras atividades fora da agricultura. Ele salienta, por exemplo, “aquele ano deu prejuízo e não tinha mais ânimo para continuar plantando fumo”. Para jovens com Luiz as perdas das safras agrícolas ocasionadas pelas intempéries foram decisivas para seus desinteresses pela agricultura.

Conforme o exemplo do Fernando, “não podemos controlar o tempo, e ele é decisivo para a agricultura, quando é para chover não chove e depois que já passou o ciclo da planta e já deu prejuízo, daí chove mais do que é preciso”. Os jovens apontaram o clima, os efeitos da “La Niña” que ocasiona seca na região e do “El

Niño” que traz chuvas em demasia como um aspecto implicante a sua permanência. O prejuízo da recorrente influência negativa do clima ao longo dos anos tem contribuído para a falta de sucessão nos estabelecimentos da comunidade Dona Josefa. Para os sucessores e futuros agricultores este aspecto se mostra como um entrave que não pode ser controlado, uma condição natural que impede os agricultores de terem a garantia da colheita após o plantio.

3.6 - Outros aspectos

Neste espaço traremos dos demais aspectos apontados pelos jovens que são importantes para a sucessão, apresentando relevância para sua permanência na agricultura. Aqui denominados de “outros aspectos”, eles estão relacionados a características próprias, como por exemplo, a característica ser agricultor e não ter patrão, a suficiência alimentar alcançada através da própria produção, e relacionada à segurança de se morar no interior.

Ainda para os “outros aspectos” temos aspectos implicantes a permanência dos sucessores como a falta de acesso à internet e sinal para telefonia móvel na sede da propriedade, e o aumento do custo de produção.

Para Carlos um fator importante que o faz valorizar agricultura frente a trabalhos assalariados, diz respeito à liberdade de trabalhar para si próprio, de não estar subordinados a ordens de superiores. “Isso é uma vantagem que temos na colônia, não precisamos seguir a ordens, podemos realizar os trabalhos como nós queremos”, enfatiza Carlos.

Para a jovem Andressa, por exemplo, “na colônia podemos produzir nossos próprios alimentos, isso é uma vantagens para os agricultores, de saber o que estamos comendo”. Andressa valoriza essa característica, dos agricultores dependerem somente de alguns produtos de fora da propriedade, além de diminuir as despesas mensais gastas com alimentação, tem o benefício de uma alimentação baseado e produtos frescos e livres de quaisquer substâncias químicas. Ela ainda vai além, e aponta a segurança de se morar o interior, “eu considero muito mais seguro morar no interior se comparado às cidades”, contribuindo para seu desinteresse pelas características de se morar no ambiente urbano.

Os jovens sucessores apontam a falta de acesso à internet e o limitado sinal para os aparelhos celulares como fatores limitantes para uma condição de vida melhor no meio rural. “Não se trata de um luxo, é uma necessidade para se comunicar” afirma Alexandre ao se referir ao péssimo sinal para celulares existente na residência da família.

A falta de acesso à internet de banda larga é apontada como um dos entraves para a permanência da jovem Évelin, ela ressalta, “tinha que ter um jeito de poder colocar uma internet boa, que desse para fazer os trabalhos da escola. Se a gente quer fazer um curso à distância não tem como”. Mesmo sendo ignorada por muitos agricultores que consideram desnecessário o acesso a internet no meio rural, muitos jovens demonstram vontade quanto ao acesso a internet nas residências, no entanto a maior dificuldade é a falta de disponibilidade deste serviço na comunidade.

Avançando nos fatores implicantes para a permanência dos jovens da comunidade na agricultura, temos o aumento do custo de produção. O jovem Carlos afirma que o preço dos insumos está subindo mais que o valor recebido pelos produtos vendidos. Em suas palavras, “alguns anos atrás ao vendermos os fumos baixeiros já era possível liquidar as despesas da safra, hoje em dia precisamos vender uma quantidade muito maior”. A elevação dos custos de produção pode estar relacionada à maior uso de insumos no processo produtivo, e da adoção de técnicas para diminuir a mão-de-obra. Isso por um lado facilita a realização das atividades no próprio processo de produção, mas necessita de um aporte econômico maior durante o ano produtivo.

Ainda relacionado aos aspectos que influenciam a sucessão no meio rural, a que se considerar hoje em dia as facilidades de deslocamento, o serviço de telefonia, o rádio, a televisão e, em alguns casos, a internet são alguns dos aspectos que proporcionam um meio com mais ocasiões disponíveis e possibilidades de aprofundar conhecimentos.

As relações entre cidade e campo agora estão mais fluídas o que proporciona aos jovens terem conhecimento sobre outras ocupações, bem como, terem outro parâmetro sobre a remuneração de seu trabalho. No capítulo a seguir teremos as considerações finais, com as conclusões da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se compreender melhor o processo da sucessão na agricultura familiar. Para desenvolver esta pesquisa procurou-se conhecer os aspectos que influenciam os jovens rurais quanto à sucessão familiar, suas motivações e as implicações quanto à permanência na agricultura, dando continuidade na profissão paterna e materna.

Ao final deste trabalho ficou evidente que a sucessão nos estabelecimentos rurais da comunidade Dona Josefa, município de Vera Cruz/RS está ligada a uma série de fatores, onde cada unidade de produção com suas peculiaridades faz emergir aos olhos dos jovens aspectos distintos entre as demais unidades de produção. Ou seja, o que é essencial e serve de estímulo para um determinado jovem pode ser irrelevante para a realidade de um jovem de outro estabelecimento.

Portanto para os jovens entrevistados a sua permanência na agricultura não se relaciona ao um único motivo ou aspecto, é um conjunto de aspectos que se somam, pela valorização dos pontos positivos de morar no meio rural e de ser agricultor, por exemplo.

O fator econômico teve grande relevância nas respostas dadas pelos jovens, sendo a participação dos jovens na divisão dos lucros fundamental como forma de estímulo e valorização da sua mão-de-obra. Porém, os dados empíricos mostram que a sucessão na agricultura familiar vai além da condição econômica da unidade de produção. Observou-se que os jovens que permanecerão nas unidades de produção participam das decisões sobre o processo produtivo, esse envolvimento faz com que desde muito cedo eles possam se vislumbrar frente a este processo produtivo, fortalecendo a identidade com o meio rural, além de gerar renda.

Verificou-se que os jovens que permanecerão na agricultura também apontam entraves para sua permanência, às condições de trabalho no meio rural ainda são um obstáculo para a continuidade das atividades agropecuárias pelos jovens rurais. Mesmo com a redução da mão-de-obra através da implantação de novas técnicas e do uso de maquinários, algumas atividades se limitam ao emprego da mão-de-obra braçal. A colheita do tabaco e as atividades que exigem esforço intenso, por exemplo, favorecem para o desinteresse e conseqüentemente o abandono da agricultura.

Dentre os aspectos mais relevantes, ao final da pesquisa ficou evidente que as condições climáticas aparecem como uma implicação a sucessão. Para um dos jovens caracterizado como “não sucessor”, a frustração de safra causada pelo clima desfavorável destaca-se como o motivo crucial da sua saída. O desinteresse de alguns jovens da comunidade pela agricultura esta ligado especificamente às características dos cultivos explorados. Pelo fato das plantações ficarem ao céu aberto estão à mercê dos fenômenos naturais, com o granizo, a secas, e as chuvaradas que causam prejuízos econômicos.

Neste sentido, os programas de crédito rural e as políticas públicas de incentivo a agricultura familiar tem papel importante na permanência dos jovens rurais. A linha de crédito voltada à compra de uma área agricultável permite aos agricultores que ainda não tem terras se tornarem proprietários, e para os que têm pouca terra adquirir mais uma área e assim ampliar os processos produtivos. Conforme relato dos indivíduos pesquisados, ficou clara a necessidade da atualização e melhoria do programa fundiário, para que seja aumentado o valor do financiamento. A maioria das áreas agricultáveis da região tem valor superior ao teto do financiamento o que impede de serem adquirido via crédito fundiário.

Buscando identificar os fatores mais relevantes que estimulam e desestimulam os jovens, a influência dos pais é levada em conta na hora de permanecer ou sair, o entrosamento entre pais e filhos no âmbito familiar se torna imprescindível para que haja sucessão. O apoio dos pais estimula os jovens a ficar mesmo não havendo na estrutura da unidade de produção as condições mais favoráveis.

Um aspecto que está diretamente relacionado ao processo sucessório e que não foi apontado pelos jovens durante a pesquisa diz respeito à própria escola de ensino médio, de maneira quase geral, leva os filhos de agricultores para a cidade para estudarem, os apresentando culturas e valores distintos. A partir disto, pode ocorrer desvalorização da própria origem rural, bem como o conhecimento de parâmetros de análise distintos sobre a remuneração e o trabalho agrícola.

Ao final da pesquisa verificou-se que a sucessão familiar nas propriedades da comunidade Dona Josefa apresenta-se ameaçada, volto a dizer que os estudos foram direcionados nas propriedades que terão sucessão, mas para se pensar a sucessão em si devemos oportunizar condições de vida para os jovens rurais semelhantes às oferecidas nas cidades. Seria fundamental oferecer uma educação

nas escolas voltada a sua realidade, preparando e engajando os jovens na sociedade como personagens importantes, pois dentre outras coisas a agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de alimentos.

Se o jovem adquire uma condição digna de vida, com lazer, boa renda, acesso a internet para poder estudar, acesso a tecnologias para trabalhar, ele permanece no meio rural, fortalecendo sua identidade como produtor familiar.

Diante das dificuldades para a sucessão nos estabelecimentos rurais, do desestímulo dos jovens para com o a agricultura, pesquisar e conhecer o dia-a-dia de agricultores familiares que terão sucessão foi interessante e gratificante, em virtude de ter realizado até então poucos estudos com esse foco.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **JUVENTUDE e AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS PARA OS NOVOS PADRÕES SUCESSÓRIOS**. Edição UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R.; BALDISSERA, I. T.; DORIGON, C.; MELLO, M. A. de; SILVESTRO, M. L. **AGRICULTURA FAMILIAR e SUCESSÃO PROFISSIONAL: NOVOS DESAFIOS**. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2011.

ABRAMOVAY, R. **Juventude rural: ampliando as oportunidades**. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/2005/10/juventude-rural-ampliando-as-oportunidades/>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

ANDRIOTTI, F. K. **A intuição no processo de tomada de decisão instantânea**. UFRGS. Porto Alegre, 2012.

Associação dos Fumicultores do Brasil, AFUBRA. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2012

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL, AFUBRA. Êxodo rural é uma atividade prejudicial a toda sociedade. **Revista Expoagro**, p. 8-13, 2013. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/expoagro/revista_expoagro_2013.pdf>. Acesso em: 10 de Abr. de 2013.

BRUMER, A. Anjos. ANJOS, G. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**¹. Ed. da UFRGS. Porto alegre, 2008.

CARNEIRO, M. J. **O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Mundo Rural e Política. UFRJ. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://educampoparaense.org/site/media/O%20IDEAL%20RURBANO.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

Dalcin, D.; Troian, A. **Jovem no Meio Rural a Dicotomia entre Sair e Permanecer:** um estudo de caso. UFPR. Paraná, 2009.

Fundação de Economia e estatística. FEE.
<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa5/A_dinamica_produtiva_da_fu_micultura_no_municipio_de_Vera_Cruz_RS.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=432270>>. Acesso em: 18 jun. 2013

MAZOIER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Ed. Da UNESP. Brasília, 2010.

Portal eletrônico do Município de Vera Cruz. 2013. Disponível em <<http://www.veracruz-rs.gov.br/>>. Acesso em 16 abr. 2013.

Projeto Protetor das Águas. Disponível em: < <http://www.jornalarauto.com.br/pt-br/pag.aspx?id=6453&tit=Projeto+Protetor+das+%C3%81guas+identifica+150+nasc+entes&data=23082011>>. Acesso em 18 jun. 2013.

Programa Crescer Legal. Disponível em: <<http://www.crescerlegal.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

Programa Nacional de Crédito Fundiário. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Disponível em:<<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos>> Acesso em: 21 jun. 2013.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, produção para autoconsumo e segurança alimentar**. In: CASARIL, Kérley B. P. B.; PLEIN, Clério. Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar: contribuições ao debate brasileiro. Francisco Beltrão, PR: EdUNIOESTE, 2005.

Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco). 2013. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento rural. UFRGS. Porto alegre, 2008. 236p.